|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Brasão da República | **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  **SECRETARIA DE PORTOS**  **SECRETARIA EXECUTIVA**  **COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS** | |
| **Referência** | | Pregão Eletrônico nº 002/2016 | |
| **Processo nº** | | 00045.000370/2016-204 | |
| **Objeto** | | Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de secretariado e de apoio técnico administrativo, em caráter subsidiário, no âmbito da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, em Brasília - DF e no Rio de Janeiro – RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. | |

**CADERNO DE ESCLARECIMENTOS**

**Pergunta 01:** Qual empresa está no contrato atual prestação de serviços continuados de secretariado e de apoio técnico administrativo, em caráter subsidiário, ou qual a última detentora do contrato?

**Resposta 01:** Referidos serviços são prestados à Secretaria de Portos/PR pela empresa INTELIG Processos Inteligentes Ltda. - CNPJ 10.682.187/0001-04.

**Pergunta 02:** Será exigida planilha para a comprovação da utilização de todas as obrigações exigidas na Convenção Coletiva de Trabalho vigente e na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho?  Todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho serão consideradas?

**Resposta 02:** Esclarecemos que o proponente deverá apresentar proposta de acordo com o modelo constante do Anexo II do Edital (Modelo de Proposta) e planilha em consonância com o modelo também constante do Anexo II do Edital (Modelo de Planilha de Composição de Custos de Formação de Preços), sendo que nos preços deverão estar incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caberá ao licitante atentar às exigências dispostas no item 7 do Edital (**DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA)**., bem como às informações em relação às categorias profissionais dispostas no item 10 do Temo de Referência (Anexo I do Edital - **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**)

**Pergunta 03:** Tendo em vista a disponibilização do Sindicato da Categoria  - Comunicado de Reajuste - Janeiro de 2016, as empresas deverão elaborar seus custos com base na Convenção Coletiva da Categoria Homologada 2015 ou já deverão utilizar os valores constantes do Comunicado de 2016?

**Resposta 03:** Esclarecemos que os proponentes deverão elaborar seus preços com base na convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida.

Conforme alertado na “Resposta 2”, caberá ao licitante atentar às exigências dispostas no item 7 do Edital (**DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA)**., bem como às informações em relação às categorias profissionais dispostas no item 10 do Temo de Referência (Anexo I do Edital - **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**)

**Pergunta 04:** De acordo com o edital, item 14, das obrigações da contratada, subitem, 14.1 estabelece: “***‘****Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;’* **Informamos:** não localizamos no termo de referência descrição e quantidades dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a elaboração da proposta de preço. **Solicitamos:** o envio dos quantitativos e descrição dos mesmos.

**Resposta 04:** Solicitamos considerar a seguinte redação ao item 14.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edita1): ***“****Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais”.* O Edital de Licitação será ajustado à nova redação.

**Pergunta 5:** Gentileza, solicitamos o envio da planilha na extensão excel com especificação e composição dos valores utilizados, para os Custos Indiretos, Tributos e Lucros, a fim de atendermos ao valor global orçado para a licitação supracitada.

**Resposta 5:** Esclarecemos que incumbi às empresas proponentes elaborar suas propostas de preços, atendendo a legislação vigente.

**Pergunta 6:** Entendemos que se os salários, as condições trabalhistas, perfis técnicos e qualificações dos profissionais atenderem ao objeto do edital, poderá ser utilizado **outro sindicato que não os abaixo mencionados, exigidos no termo de referência do citado edital.**

**Está correto o nosso entendimento?**

**28. DAS CONVENÇÕES COLETIVAS/SINDICATOS**

**28.1. Deverão ser utilizados as Convenções/Sindicatos conforme relação abaixo:**

28.1.1. Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis do DF e Sindicato dos Empr. de Empr. de Asseio, Conservação, Trab. Temporário, Prest. Serviços e Serv. Terceirizáveis do DF - SINDISERVICOS/DF;

Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2016

Número de Registro no MTE: DF000051/2016

Data de Registro no MTE: 17/02/2016

Número da Solicitação: MR007240/2016

Número do Processo: 46206.002445/2016-94

Data do Protocolo: 11/02/2016

28.1.2. Sindicato das Secretarias e dos Secretários do DF e Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF;

Número de Registro no MTE: DF000044/2016

Data de Registro no MTE: 10/02/2016

Número da Solicitação: MR006332/2016

Número do Processo: 46206.002293/2016-20

Data do Protocolo: 04/02/2016

28.1.3. Sindicato das Emp. Asseio e Cons. Est do Rio de Janeiro e Sindicato Empregos Emp. Asseio Cons.Munic. Rio de Janeiro.

Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016

Número de Registro no MTE: RJ000510/2015

Data de Registro no MTE: 14/04/2015

Número da Solicitação: MR016073/2015

Número do Processo: 46215.007331/201541

Data do Protocolo: 25/03/2015

28.1.4. Sindicato das Empresas de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro e Sindicato das Secretarias do Estado do Rio de Janeiro.

Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2015

Número de Registro no MTE: RJ001292/2014

Data de Registro no MTE: 17/07/2014

Número da Solicitação: MR006478/2014

Número do Processo: 46215.014585/201434

Data do Protocolo: 01/07/2014

**Resposta 6:** Conforme consta do item 28 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e esclarecido no Aviso 02, constante deste Sistema COMPRASNET, “***Deverão ser utilizados as Convenções/Sindicatos”*** mencionados no subitem 28.1 do referido Termo de Referência**.**

**Pergunta 7:**  Atualmente qual empresa presta os serviços?

**Resposta 7:** Conforme informado na “*Resposta nº 01*”, atualmente os serviços são prestados à Secretaria de Portos/PR pela empresa INTELIG Processos Inteligentes Ltda. - CNPJ 10.682.187/0001-04.

**Pergunta 8:**  Considerando a situação econômica atual do país pergunta-se: os pagamentos são feitos em dia? Ou qual a média de atraso em dias/meses?

**Resposta 8:** As disposições relativas a pagamentos dos serviços estão dispostas no item 18 do Edital (**DO PAGAMENTO**), item 22 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e Cláusula Quinta da Minuta de Contrato (Anexo V do Edital**)**

**Pergunta 9:** O edital menciona que para o Grupo DF, os Encargos Sociais devem ser de 78,38%, de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria. Porém, para o Grupo Rio de Janeiro, nem o Edital nem a Convenção Coletiva da Categoria indicada em Edital, menciona o percentual a ser utilizado. Dessa forma, questionamos, qual o percentual mínimo de Encargos Sociais para o Grupo RJ? A empresa deve seguir sua realidade ou devemos utilizar o percentual da IN 02?

**Resposta 9:** Para efeito de elaboração de proposta, a licitante deverá obedecer a **legislação trabalhista vigente.**

Quando a Convenção Coletiva da Categoria, não indicar os percentuais dos encargos sociais, previdenciários, do FGTS e demais contribuições, serão adotados **aqueles estabelecidos pela legislação vigente**.

Devendo ainda, ser obedecidas as condições previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital, mais especificamente item 19 - Das planilhas de custos e de formação de preços e item 20 - Da apresentação das planilhas e das propostas de preços e IN nº02, de 30 de abril de 2008 ; alterada pela Instrução Normativa 03, de 16 de outubro de 2009, Instrução Normativa 04 de 11 de novembro de 2009, Instrução Normativa 05 de 18 de dezembro de 2009 e Instrução Normativa 06 de 23 de dezembro de 2013.

**Pergunta 10:** O edital menciona: 14.23.Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

Pergunta**-**se:

**a)**     O custo deste Preposto deve ser absorvido na margem (BDI) do presente contrato ou o custo com o mesmo deverá ser demonstrado em planilha própria e rateio em linha exclusiva dos demais postos?

**b)**    Para que tenhamos isonomia nas propostas a serem apresentadas, que salário devemos considerar para essa função?

**Resposta 10:** Conforme o item 12.1 do TR - A CONTRATADA deverá, durante todo o período de vigência do Contrato, manter um preposto, com fins de representá-las administrativamente, **sempre que necessário**, e gerenciar operacionalmente os empregados, devendo ser indicados mediante declaração ... não se referindo a permanência no local da prestação do serviço. (Grifamos).

O subitem 14.23 do TR será ajustado em nova versão do edital a ser disponibilizada.

**Pergunta 11:** O Edital menciona:

18. DO SALÁRIO BASE MENSAL E DOS DEMAIS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS

18.1**.**Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos neste Termo de Referência, em sentença normativa ou lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho do sindicato ao qual a Contratada ou os profissionais estejam vinculados;

Porém, em outro item, determina o salário para cada tipo de função – Item 08 – Exemplo: Secretaria Nível /DF: R$ 4.394,67.

Dessa forma, questionamos:

As empresas devem seguir os Salários da Convenção ou o estipulado em Edital?

**Resposta 11:** Os salários a serem pagos à todas as categorias são aqueles dispostos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

Conforme esclarecemos no AVISO nº 02, incluído nesse COMPRASNET, “os proponentes deverão considerar seus preços com base nas informações em relação às categorias profissionais dispostas no item 10 do Temo de Referência (Anexo I do Edital - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS) e utilização das convenções coletivas mencionadas no item 28 do Termo de Referência – **Das Convenções Coletivas/Sindicatos**.”

Em consonância, ainda, com o AVISO nº 3, no **Anexo II do Edital (Modelo de Proposta de Preços)** da atual versão do Edital de licitação foi incluída redação sobre a não preclusão do direito à repactuação de preços, visando garantir à futura empresa contratada os reflexos da nova CCT homologada e não contemplada nos valores considerados no Edital do Pregão Eletrônico 02/2016.

**Pergunta 12:**   Quantos pontos eletrônicos a empresa vencedora deverá instalar no **Grupo I**?

**Resposta 12:** O controle de assiduidade dos funcionários será realizado por meio de folha de ponto.

**Pergunta 13:**  O preposto no **Grupo II** deverá cumprir jornada de trabalho no local da prestação dos serviços?

**Resposta 13:** Conforme o item 12.1 do TR - A CONTRATADA deverá, durante todo o período de vigência do Contrato, manter um preposto, com fins de representá-las administrativamente, **sempre que necessário**, e gerenciar operacionalmente os empregados, devendo ser indicados mediante declaração ... não se referindo a permanência no local da prestação do serviço. (Grifamos).

**Pergunta 14:** Qual CCT deverá ser adotada (no **GRUPO II,** Secretária Nível II), visto que já tem disponível a vigente 2015-2016 do Sindicato das Empresas de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro e Sindicato das Secretarias do Estado do Rio de Janeiro?

**Resposta 14:** Deverão ser utilizadas as CCT’s, constantes no TR, anexo ao Edital, conforme transcrevemos abaixo:

Item 28 – Das Convenções Coletivas/Sindicatos

28.1.3**.** Sindicato das Emp. Asseio e Cons. Est do Rio de Janeiro e Sindicato Empregos Emp. Asseio Cons.Munic. Rio de Janeiro.

Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016

Número de Registro no MTE: **RJ000510/2015**

Data de Registro no MTE: 14/04/2015

Número da Solicitação: MR016073/2015

Número do Processo: 46215.007331/201541

Data do Protocolo: 25/03/2015

28.1.4. Sindicato das Empresas de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro e Sindicato das Secretarias do Estado do Rio de Janeiro.

Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2015

Número de Registro no MTE: **RJ001292/2014**

Data de Registro no MTE: 17/07/2014

Número da Solicitação: MR006478/2014

Número do Processo: 46215.014585/201434

Data do Protocolo: 01/07/2014

Conforme esclarecemos no AVISO nº 02, incluído nesse COMPRASNET, “os proponentes deverão considerar seus preços com base nas informações em relação às categorias profissionais dispostas no item 10 do Temo de Referência (Anexo I do Edital - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS) e utilização das convenções coletivas mencionadas no item 28 do Termo de Referência – **Das Convenções Coletivas/Sindicatos**.”

Em consonância, ainda, com o AVISO nº 3, no **Anexo II do Edital (Modelo de Proposta de Preços)** da atual versão do Edital de licitação foi incluída redação sobre a não preclusão do direito à repactuação de preços, visando garantir à futura empresa contratada os reflexos da nova CCT homologada e não contemplada nos valores considerados no Edital do Pregão Eletrônico 02/2016.

**Pergunta 15:** O enquadramento sindical decorre das regras estabelecidas nos artigos [511](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10706307/artigo-511-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [570](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10693930/artigo-570-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943) e seguintes do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), não dependendo da vontade das partes.

 Assim, a empresa pertencente a determinada categoria econômica deve se submeter aos instrumentos normativos pactuados pelo sindicato respectivo, independentemente de filiação. Não por outro motivo, os empregadores recolhem a contribuição sindical às respectivas entidades, ainda que não sejam sindicalizados.

A atividade econômica preponderante das empresas é que determinam o sindicato e a CCT a ser adotada, ainda que o objeto licitado esteja   incluído no objeto social da empresa como atividade secundária.

Desta forma questionamos se será aceito o uso de outra CCT de sindicatos não listados no Edital.

**Resposta 15:** Há um princípio constantemente reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal, o **princípio da vinculação ao edital**, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital.

Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório torna-se lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital tanto pela Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto aos licitantes – sabedores do inteiro teor do certame.

Por fim, informamos que as CCT’S que deverão ser utilizadas encontram-se relacionadas no TR, mais especificamente no Item 28 – Das Convenções Coletivas/Sindicatos.

**Pergunta 16:** Atualmente muitos trabalhadores que estão executando serviços dentro do Distrito Federal, moram no Entorno desse modo a cotação de R$ 4,00 para o valor unitário do vale transporte não atenderia a demanda do entorno que tem passagens que podem variar até R$ 4,60 (Planaltina de Goiás e Águas Lindas) deste modo questionamos se o valor cotado unitário não deveria ser o de R$ 4,60? Se a resposta for negativa, deste modo como será ajustado esta valor no decorrer do contrato?

**Resposta 16:** Esclarecemos que cabe à empresa proponente incluir em sua planilha de formação de preços os itens constantes da legislação trabalhistas vigente, incluindo a Convenção Coletiva de Trabalho. Sobre a verba “vale-transporte”, lembramos que de acordo com o subitem 20.4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), “*O vale-transporte deverá ser concedido pela licitante vencedora aos empregados de acordo com o Decreto nº 95.247, de 17/11/1987, no valor referente aos seus itinerários*”.

Em consonância também com o subitem 14.31 do referido Termo de Referência, é obrigação da empresa contratada “*Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como: os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação; exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”.*

**Pergunta 17:**  A grande maiorias dos ônibus chegam somente até a rodoviária, deixando assim o funcionário distante do seu local de trabalho, deste modo questionamos se a Empresa vencedora do certame devera cotar ou Vale Transporte circular ou Transporte próprio para este percurso?

**Resposta 17:** Vide Resposta nº 16

**Pergunta 18:**  Quantos dias deveram ser cotados para o cálculo do Vale Transporte e Vale Alimentação?

**Resposta 18:** Caberá à empresa proponente cotar em sua planilha de formação de preços dos itens em consonância com a legislação trabalhistas vigente, incluindo a Convenção Coletiva de Trabalho.

**Pergunta 19:** A CCT da categoria, estipulou que os encargos sociais mínimos no percentual de 78,38% (exceto o item SAT que vai de acordo com o RAT de cada empresa), visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007, deste modo questionamos, se as Empresas que cotarem encargos sociais com Percentual diferente dos expostos na CCT da categoria serão desclassificadas?

**Resposta 19:** Esclarecemos que em consonância com o subitem 7.6.5 do Edital “*Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto”.*

**Pergunta 20:**  As empresas deverão cotar o item SAT constante nas planilhas de custos de acordo com o seu FAP e deverão apresentar documentação comprobatória do percentual aplicado? as empresas que não comprovarem serão desclassificadas?

**Resposta 20:** Respondemos afirmativamente.

**Pergunta 21:**  As licitantes deverão cotar obrigatoriamente o plano de saúde previsto na convenção coletiva no valor de R$ 160,00, assistência odontológica no valor de 5,00, bem como o auxilio funeral/seguro de vida de R$ 2,50, conforme clausulas da convenção coletiva da categoria SIS/DF, SINDSERVIÇOS/DF? A empresa que não cotar os 3 benefícios citados será desclassificada?

**Resposta 21:** A empresa proponente deverá incluir em sua planilha de composição de custos e formação de preços os itens constantes da legislação trabalhista, incluindo a Convenção Coletiva de Trabalho.

**Pergunta 22:**  Tendo em vista que a estimativa exposta em diversos editais tem sido elaborada com base no lucro presumido (8,65%), onde acaba por prejudicar a isonomia na composição dos custos das empresas optantes pelo lucro real (14,25%), indagamos se as empesas optantes pelo lucro real (incidência não cumulativa) poderão compor os seus tributos com base na média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados do SPED , tendo em vista que as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições? Caso sim, será necessário encaminhar os documentos comprobatórios dos índices apurados sob pena de desclassificação?

**Resposta 22:** Esclarecemos que a empresa proponente deverá compor seus tributos em consonância com a legislação vigente que rege a matéria.

**Pergunta 23:**  Atualmente existe alguma empresa executando esses serviços? Se sim qual o nome da empresa?

**Resposta 23:** Vide Resposta nº 01.

**Pergunta 24:**  As empresas são obrigadas a realizar a vistoria? a empresa que não fizer será inabilitada?

**Resposta 24:** Respondemos negativamente. O edital não faz menção à necessidade de vistoria.

**Pergunta 25:** A empresa contratada deverá fornecer algum tipo de material/equipamentos? Caso sim, quais os itens, especificações e quantidades?

**Resposta 25:** Conforme informado no AVISO nº 3 o subitem 14.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) foi retificado, tendo a atual versão do edital sido ajustada.

**Pergunta 26:**  A empresa contratada deverá fornecer uniforme para os profissionais? Caso sim, quais os itens, especificações e quantidades?

**Resposta 26:** Não será obrigatório o uso de uniforme pelos prestadores de serviços.

**Pergunta 27:**  A Contratada deverá manter preposto RESIDENTE nas dependências da Contratante? Caso sim qual a carga horária que ele irá trabalhar mensalmente? Em qual rubrica das planilhas de custos devem ser previsto esse custo uma vez que será mais um funcionário efetivo?

**Resposta 27:** Conforme o item 12.1 do TR *(*Anexo I do Edital) *“ A CONTRATADA deverá, durante todo o período de vigência do Contrato, manter um preposto, com fins de representá-las administrativamente,* ***sempre que necessário****, e gerenciar operacionalmente os empregados, devendo ser indicados mediante declaração ... não se referindo a permanência no local da prestação do serviço.* (Grifamos).

**Pergunta 28:**  Existe algum outro tipo de material/equipamento que será exigido da Contratada e que não esteja previsto no edital? Caso seja exigido algum item não previsto no edital no decorrer da contratação será incluso no contrato o seu custo?

**Resposta 28:** Respondemos negativamente.

**Pergunta 29:**  A contratada deverá fornecer relógio de ponto e armário? caso sim, quantos? Este custo está previsto na estimativa?

**Resposta 29:** O controle de assiduidade dos funcionários será realizado por meio de folha de ponto.

**Pergunta 30:** Algum colaborador faz jus ao adicional de periculosidade ou insalubridade? Caso sim qual o grau a ser cotado nas planilhas de custos?

**Resposta 30:** Respondemos negativamente.

**Pergunta 31:** A Contratada deverá fornecer algum tipo de material de escritório para o uso dos colaboradores contratados, como: lápis, caneta, impressora, computador, etc? Caso sim, quais as especificações e as quantidades a serem fornecidas mensalmente? Em qual rubrica das planilhas de custos os licitantes deverão prever tais itens? a empresa que não fizer a previsão será desclassificada?

**Resposta 31:** Respondemos negativamente.

**Pergunta 32:** Conforme entendimento do TCU, ***"nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada" (Acórdão nº 744/2015-2ª Câmara).***Com efeito, em regra, tratando-se de licitação para contratação de mão de obra terceirizada, somente poder-se-ia exigir que o atestado verse sobre gestão e administração de mão de obra, não podendo especificar a natureza do serviço a ser prestado. De fato, é essa a orientação que deve ser seguida por toda Administração Pública nos certames relativos à terceirização de mão de obra. Contudo, o entendimento do TCU admite temperamentos, conforme se observa no próprio Acórdão nº 744/2015-2C: ***“nos casos excepcionais que fujam a essa regra, devem ser apresentadas justificativas fundamentadas para a exigência, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 16, inciso I, da IN 02/08 SLTI”.***Para tanto, é preciso que haja no processo, ainda na fase interna da licitação (antes da publicação do edital), justificativa fundamentada do Órgão Técnico no sentido de ser exigida a experiência especifica da empresa na prestação de determinado serviço (**no caso, secretariado e de apoio técnico administrativo**), o que não é o caso do presente certame.

Pergunto: Serão aceitos atestados de capacidade técnica em que a prova de aptidão deve ser exigida com foco na capacidade de administração de mão de obra e não na execução dos serviços em si? Ou seja, não necessariamente os atestados devem se referir à **serviços de secretariado e de apoio técnico administrativo**, correto?

**Resposta 32:** Esclarecemos que a empresa deverá comprovar sua qualificação técnica em estrita conformidade com o disposto no item 8.7 do Edital e demais subitens àquele vinculados.

**Pergunta 33:** Tendo em vista a homologação da CCT - Sindserviços-DF (registro MTE - DF 000051/2016 de 17/02/2016), cuja data-base é 01/01/2016, solicitamos nos informar se a estimativa exposta no edital já contempla os novos salários e benefícios da nova CCT? Caso não, após a assinatura do contrato a Contratada fará jus a repactuação dos preços (Salários e Benefícios)?

**Resposta 33:** Respondemos afirmativamente. Esclarecemos que as regras de repactuação de preços estão dispostas no item 24 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato (Anexo V do Edital).

**Pergunta 34:**  Tendo em vista a homologação da CCT - SIS-DF (registro MTE - DF 000044/2016 de 10/02/2016), cuja data-base é 01/01/2016, solicitamos nos informar se a estimativa exposta no edital já contempla os novos salários e benefícios da nova CCT? Caso não, após a assinatura do contrato a Contratada fará jus a repactuação dos preços (Salários e Benefícios)

**Resposta 34:** Respondemos afirmativamente.

Esclarecemos que as regras de repactuação de preços estão dispostas no item 24 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato (Anexo V do Edital).

**Pergunta 35:** Qual prazo de vigência do contrato deve-se considerar, pois no edital, item 14.1 informa vigência de 60 meses podendo ser prorrogado; e no item 21.1 o prazo informado é de 12 meses prorrogável por até 60 meses.

**Resposta 35:** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no contrato.

O Edital já foi ajustado e nova versão disponibilizada.

**Pergunta 36:** Como o edital não prevê uniforme para nenhuma das categorias, questiono se o mesmo deverá ser cotado.

**Resposta 36:** Vide resposta nº 26

**Pergunta 37:**  O item 14.23 do Termo de Referência prevê que a Contratada deverá manter preposto nos locais de prestação de serviço, deste modo, pergunto se o mesmo será cotado como parte do efetivo, devendo está inserido de forma objetiva na Planilha de Custo, e, devendo também contemplar todos os benefícios elencados na CCT.

**Resposta 37:** Vide resposta nº27

**Pergunta 38:** O salário base que deve ser cotado para cada funcionário é o previsto no edital?

EX: Apoio Administrativo Nível – I - INPH 03 Rio de Janeiro/RJ - R$ 5.084,64

**Resposta 38:** De acordo com a resposta nº 11, os salários a serem pagos à todas as categorias são aqueles dispostos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

Conforme esclarecemos no AVISO nº 02, incluído nesse COMPRASNET, “os proponentes deverão considerar seus preços com base nas informações em relação às categorias profissionais dispostas no item 10 do Temo de Referência (Anexo I do Edital - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS) e utilização das convenções coletivas mencionadas no item 28 do Termo de Referência – **Das Convenções Coletivas/Sindicatos**.”

Em consonância, ainda, com o AVISO nº 3, no **Anexo II do Edital (Modelo de Proposta de Preços)** da atual versão do Edital de licitação foi incluída redação sobre a não preclusão do direito à repactuação de preços, visando garantir à futura empresa contratada os reflexos da nova CCT homologada e não contemplada nos valores considerados no Edital do Pregão Eletrônico 02/2016.

**Pergunta 39:** No edital não cita o uso de uniforme. Sendo isto a contrata deverá ou não fornecer uniformes ao funcionários? Se sim, quais?

**Resposta 39:** Vide resposta nº 26

**Pergunta 40:** Para o Grupo 2: Além da contratada manter preposto no local da prestação de serviço também deverá instalar escritório?​

**Resposta 40:** Vide resposta nº13

**Pergunta 41:** Tendo visto que a CCT do Rio de Janeiro asseio e conservação expira no final deste mês e que a CCT de secretariado de 2016 ainda não foi homologada, gostaríamos de saber se quando as novas convenções forem homologas a empresa contrata poderá solicitar reajuste do valor do contrato referente aos novos valores das convenções antes do prazo de 1 ano?

**Resposta 41:** Vide respostas nº 11 e 38

**Pergunta 42:** Solicito informações acerca do Item 28.1.4 do Termo de Referência, não encontramos o dissídio em questão. Perguntamos: Podemos utilizar o Dissídio apresentado no item anterior, 28.1.3? Pois este possui cargos administrativos, além de apresentar mais benefícios.

Resposta 42: Não. Deverá ser utilizada a CCT informada no citado subitem 28.1.4, ou seja, entre o Sindicato das Empresas de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro e Sindicato das Secretarias do Estado do Rio de Janeiro, isto é, Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2015, Número de Registro no MTE: RJ001292/2014**,** Data de Registro no MTE: 17/07/2014, Número da Solicitação: MR006478/2014, Número do Processo: 46215.014585/201434, Data do Protocolo: 01/07/2014.

**Antônio Augusto de Lima**

Pregoeiro